

2025

Demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Votorantim S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme descrito na Nota 2.1, a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), apresentadas separadamente dessas demonstrações financeiras individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, com data de 6 de março de 2026. Essas demonstrações financeiras individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.



Votorantim S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



Votorantim S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 6 de março de 2026

PRICE WATERHOUSE COOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Declassified by
Gabriel Fialho
Assinado por: Gabriel Pintarelli Fialho/5502897047
CPF: 0502897047
Paper: Sincronizador
Certificado de Autenticação: 06 de março de 2026 | 19:22 BRT
O: CCR-Brazil, OU: Certificado Digital PPF A1
C: BR
Email: CCR_Sincronizador@Mafra

Gabriel Pintarelli Fialho
Contador CRC 1PRO66300/O-1

Índice

Demonstrações financeiras

Demonstrações

Balanco patrimonial.....	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do fluxo de caixa	7

Considerações gerais

1.Considerações gerais.....	8
2.Apresentação das demonstrações financeiras	12
3.Mudanças nas práticas contábeis e divulgações.....	15
4.Estimativas e julgamentos contábeis críticos	17
5.Gestão de risco financeiro.....	17
6.Instrumentos financeiros por categoria	21

Ativo

7. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros	22
8. Caixa e equivalentes de caixa.....	22
9. Aplicações financeiras.....	22
10. Tributos a recuperar	23
11. Partes relacionadas.....	24
12. Outros ativos.....	25
13. Investimentos	26
14. Imobilizado	28
15. Intangível.....	31

Passivo e patrimônio líquido

16. Arrendamento.....	31
17. Outros passivos.....	32
18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	32
19. Provisões	34
20. Benefícios pós-emprego.....	36
21. Patrimônio líquido	38

Resultado

22. Abertura do resultado por natureza.....	41
23. Outros resultados operacionais.....	41
24. Resultado financeiro líquido	42
25. Ativos mantidos para venda.....	44

Eventos subsequentes

26. Eventos subsequentes	43
--------------------------------	----

VOTORANTIM

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.538.684	2.295.625
Aplicações financeiras	9	283.855	155.747
Tributos a recuperar	10	199.634	102.747
Instrumentos financeiros – ações	1.1.2 (b)		4.491.675
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	11	925.463	489.434
Outros ativos	12	249.476	283.048
		3.197.112	7.818.276
Ativo mantido para venda	1.1.2	3.194.856	
Total do ativo circulante		6.391.968	7.818.276
Não circulante			
Instrumentos financeiros – ações		287.909	1.621.944
Tributos a recuperar	10	12.236	31.512
Partes relacionadas	11	213.605	139.263
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (b)	337.959	
Depósitos judiciais	19 (b)	10.872	22.619
Outros ativos	12	64.211	21.440
		926.792	1.836.778
Investimentos	13 (a)	49.335.347	51.916.556
Imobilizado	14	324.647	335.470
Intangível	15	42.727	75.554
Direitos de uso	16 (a)	12.462	14.914
Total do ativo não circulante		50.641.975	54.179.272
Total do ativo		57.033.943	61.997.548
Passivo			
Circulante			
Salários e encargos sociais		129.958	107.018
Fornecedores		19.193	23.577
Tributos a recolher		39.386	28.443
Arrendamento	16 (b)	4.079	3.775
Provisões de serviços		65.201	49.624
Dividendos a pagar	11	865.249	216.114
Outros passivos	17	20.289	32.183
Total do passivo circulante		1.143.356	460.734
Não circulante			
Arrendamento	16 (b)	10.736	13.653
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (b)		906.821
Partes relacionadas	11	67.976	60.169
Provisões e depósitos judiciais	19 (a)	248.211	97.725
Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	20	148.955	141.082
Obrigações a pagar com investidas	13 (a)	5.416	1.905.406
Outros passivos	17	94.112	191.624
Total do passivo não circulante		575.406	3.316.480
Total do passivo		1.718.762	3.777.214
Patrimônio líquido			
Capital social	21	28.656.002	28.656.002
Reserva de lucros		19.184.947	20.957.219
Ajustes de avaliação patrimonial		7.474.232	8.607.113
Total do patrimônio líquido		55.315.181	58.220.334
Total do passivo e do patrimônio líquido		57.033.943	61.997.548

VOTORANTIM

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	13 (a)	4.819.952	830.807
Realização de outros resultados abrangentes		50.122	
		4.870.074	830.807
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(319.311)	(361.188)
Outros resultados operacionais	23	31.530	21.277
		(287.781)	(339.911)
Lucro operacional antes do resultado financeiro			
		4.582.293	490.896
Resultado financeiro líquido			
	24		
Receitas financeiras		561.290	475.645
Despesas financeiras		(2.043.409)	(78.726)
Variações cambiais, líquidas		(107.082)	146.593
		(1.589.201)	543.512
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
		2.993.092	1.034.408
Imposto de renda e contribuição social			
	18 (a)	650.065	(124.454)
Corrente		(616.170)	(151.320)
Diferido		1.266.235	26.866
Lucro líquido do exercício			
		3.643.157	909.954
Quantidade média ponderada de ações em milhares			
		18.278.789	18.278.789
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais			
		199,31	49,78

VOTORANTIM

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		3.643.157	909.954
Outros componentes do resultado abrangente a serem classificados no resultado	21		
Variação cambial de investidas no exterior		(2.364.024)	6.363.387
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários		99.579	(178.106)
Hedge accounting operacional de investidas, líquido de efeitos tributários		368.067	(476.590)
Valor justo de ativo disponível para venda de investidas		146.677	(141.003)
Realização de resultados abrangentes na venda e liquidação de investimentos		164.919	
Participação em outros resultados abrangentes das investidas		(36.143)	(7.280)
		(1.620.925)	5.560.408
Outros componentes do resultado abrangente que não serão classificados no resultado	21		
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários		(8.702)	232.161
Ajuste a valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários		43.416	(197.427)
Realização de valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários		450.122	(180.630)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo		3.208	(14.900)
Participação em outros resultados abrangentes das investidas			(348.340)
		488.044	(509.136)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		2.510.276	5.961.226

VOTORANTIM

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
	Nota	Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção	Lucros acumulados	
Em 1º de janeiro de 2024		28.656.002	10.480	1.704.921	18.876.179	3.555.841	52.803.423
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício						909.954	909.954
Outros componentes do resultado abrangente					528.970	5.051.272	5.580.242
					528.970	909.954	6.490.196
Contribuições e distribuições para os acionistas							
Dividendos revertidos					83.379		83.379
Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de legal				45.498		(45.498)	
Dividendos mínimos obrigatórios						(216.114)	(216.114)
Juros sobre o capital próprio distribuídos							
Dividendos distribuídos					(940.550)		(940.550)
Retenção de lucros					648.342	(648.342)	
				45.498	(208.829)	(909.954)	(1.073.285)
Em 31 de dezembro de 2024		28.656.002	10.480	1.750.419	19.196.320	8.607.113	58.220.334
Em 1º de janeiro de 2025		28.656.002	10.480	1.750.419	19.196.320	8.607.113	58.220.334
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício						3.643.157	3.641.717
Outros componentes do resultado abrangente					(450.122)	(1.132.881)	(1.583.003)
					(450.122)	3.643.157	2.060.154
Contribuições e distribuições para os acionistas							
Dividendos distribuídos	1.1.1 (a)				(4.316.171)		(4.316.171)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios de exercícios anteriores	1.1.1 (a)				216.114		216.114
Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de reserva legal				182.158		(182.158)	
Dividendos mínimos obrigatórios	21 (ii)					(865.250)	(865.250)
Retenção de lucros					2.595.749	(2.595.749)	
				182.158	(1.504.308)	(3.643.157)	(4.965.307)
Em 31 de dezembro de 2025		28.656.002	10.480	1.932.577	17.241.890	7.474.232	55.315.181

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOTORANTIM DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.993.002	1.034.408
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	22	60.147	10.013
Equivalência patrimonial	13 (c)	(4.819.952)	(830.807)
Juros, variações monetárias e cambiais		(410.921)	141.983
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível	23	(17.581)	(17.374)
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos	21 (vi)	164.919	(348.340)
Constituição (reversão) de provisões, líquidas	19 (a)	62.787	(1.022)
Ganho líquido na venda de investimentos	23	(68.215)	(1.323)
Perda (ganho) líquida com instrumento financeiro – <i>put option</i>		1.470.840	(144.091)
Deságio na venda de recebíveis		213.452	
		(351.432)	(156.553)
Decréscimos (acréscimos) em ativos			
Aplicações financeiras		262.356	252.407
Tributos a recuperar		(46.598)	275.684
Partes relacionadas		(74.342)	(41.008)
Depósitos judiciais	19 (a)	6.740	9.532
Demais créditos e outros ativos		(142.644)	240.421
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores		(4.384)	7.733
Salários e encargos sociais		22.940	(1.891)
Tributos a recolher		4.883	(215.110)
Demais obrigações e outros passivos		8.572	30.127
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(313.909)	401.342
Imposto de renda e contribuição social pagos		(610.110)	(16.916)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(924.019)	384.426
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		6.232	4.947
Aquisição de instrumentos financeiros – ações		(248.947)	(541.298)
Recebimento – <i>put option</i> AMB	1.1.2(b)	2.796.387	
Recebimento de dividendos		4.258.617	1.714.903
Aquisição de imobilizado	14 (a)	(14.020)	(3.369)
Recebimento pela venda de investimentos		19.164	675.324
Aumento de capital em investidas	13 (c)	(2.324.237)	(437.479)
Aquisição de intangível	15	(4.538)	(2.867)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		4.488.658	1.410.161
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de contratos de arrendamento	16 (b)	(5.409)	(4.682)
Pagamento de dividendos	1.1.1 (a)	(4.316.171)	(1.342.600)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(4.321.580)	(1.347.282)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		(756.941)	447.305
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.295.625	1.848.320
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.538.684	2.295.625
Principais transações que não afetaram o caixa			
Ganho líquido na venda de investimento Alvorada		50.459	
Redução de capital Citrovita		(20.594)	
Incorporação FinCO GmbH		(4.615.453)	

1. Considerações gerais

A Votorantim S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "VSA") é uma *holding* de investimentos de longo prazo, brasileira, de controle familiar. Com sede na cidade de São Paulo, tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, no interesse de suas finalidades.

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua nos segmentos: materiais de construção, financeiro, energia renovável, mineração e metalurgia, suco de laranja, infraestrutura, aços longos, imobiliário, farmacêutico, investimentos e gestão ambiental.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Dividendos recebidos e pagos

(a) Distribuição de dividendos pela VSA

Em 2025, a Companhia deliberou distribuições de dividendos à sua controladora Hejoassu Administração S.A., no montante de R\$ 4.316.171, correspondente à parte do saldo da conta de "reservas de lucros". Os pagamentos foram realizados em 11 de março, 21 de agosto de 2025 e 19 de dezembro de 2025.

A Companhia também deliberou pela reversão dos dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 216.114, referentes ao exercício de 2024.

(b) Distribuição de dividendos pela controlada Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA")

Em 2025, a VCSA aprovou distribuições de R\$ 3.018.999 em dividendos. Desse total, R\$ 213.114 referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, enquanto o valor remanescente foi distribuído a partir da conta de "reservas de lucros" do mesmo exercício. Os pagamentos foram realizados nas seguintes datas: 28 de fevereiro, 28 de abril, 2 de julho e 20 de agosto de 2025.

(c) Distribuição de dividendos pela controlada em conjunto Auren Energia S.A. ("Auren")

Em abril de 2025, a Auren aprovou a distribuição de R\$ 59.598 em dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$ 23.158 atribuíveis à VSA, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais foram pagos no dia 5 de maio de 2025.

(d) Reembolso de *share premium* de ações pela controlada Nexa Resources S.A. ("Nexa")

Em maio de 2025, a Nexa aprovou uma distribuição de caixa aos acionistas de aproximadamente USD 13.400 (R\$ 71.186), dos quais USD 9.034 (R\$ 51.474) foram pagos à VSA em 27 de junho de 2025, referente ao reembolso de *share premium* de ações, de acordo com a política de dividendos que entrou em vigor em janeiro de 2025.

(e) Distribuição de dividendos pela Votorantim Finanças S.A ("VFIN")

Em 2025, a VFIN aprovou a distribuição de R\$ 378.083 em dividendos. Os pagamentos foram efetuados em 30 de janeiro, 16 de abril, 17 de julho, 19 de setembro, 17 de outubro e 19 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, em 15 de abril, foi realizada a distribuição de R\$ 94.948 referente aos dividendos deliberados em 2024.

(f) Deliberação de dividendos pela coligada Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("Motiva")

Em 2025, a Motiva aprovou distribuição de R\$ 974.747 em dividendos, sendo R\$ 101.172 atribuíveis à VSA. Os pagamentos foram realizados nas seguintes datas: 6 de maio, 15 de agosto e 19 de dezembro.

(g) Deliberação de JCP pela controlada em conjunto Hypera S.A. ("Hypera")

Em 2025, a Hypera aprovou a deliberação de R\$ 740.555 em JCP. Após a aplicação da alíquota de 15% de imposto, o valor líquido atribuível à VSA é de R\$ 69.428. O pagamento será realizado até o final de 2026. Ainda, em 17 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu R\$ 44.477 referentes às deliberações realizadas em 2025.

(h) Distribuição de dividendos pelas controladas Acergroup S.A. e Acerholding S.A.

Ao longo de 2025, a Acergroup S.A. e a Acerholding S.A. aprovaram a distribuição de R\$ 455.862 em dividendos, os quais foram pagos integralmente até o final do exercício.

1.1.2 Operações societárias

(a) Aumento de participação e indicação de conselheiros na Hypera

No dia 10 de março de 2025, a Companhia passou a deter 11,02% (2024 – 8,97%) do capital social da Hypera.

No dia 18 de março de 2025 a Companhia e o bloco de controle da Hypera formalizaram um acordo de voto para eleição de membros do Conselho de Administração da Hypera, de modo que, na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 25 de abril de 2025, foi aprovada a eleição de dois membros indicados pela Companhia.

Em decorrência deste evento, a Companhia passou a deter influência significativa sobre a investida, classificando as ações a partir de então como investimento em coligada e a avaliá-las pelo método de equivalência patrimonial, em atendimento ao CPC 18 / IAS 28 – Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto.

Em julho de 2025, a Companhia, em conjunto com os acionistas do bloco de controle da Hypera, celebrou um novo Acordo de Acionistas, a fim de disciplinar o exercício de direitos políticos e patrimoniais destes acionistas. A eficácia do Acordo de Acionistas foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em agosto de 2025.

VOTORANTIM NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O referido acordo estabelece, dentre outros aspectos, regras para o exercício do direito de voto, transferência e oneração de ações, administração da companhia, governança corporativa e resolução de conflitos entre os acionistas. Os signatários passaram a compor um bloco de controle conjunto da Hypera, com decisões coordenadas por meio de reuniões prévias obrigatórias para matérias relevantes.

Desta forma, a Companhia passou a classificar sua participação na Hypera como investimento em empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), avaliando-o pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com o CPC 18 (R2) / IAS 28 - Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto.

Os montantes relativos às aquisições de ações, classificados até então como instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, foram reclassificados para a rubrica de "Investimentos".

No quadro a seguir são detalhados os saldos da Hypera e os impactos contábeis da operação para a Companhia:

	Valor
Reclassificação das ações classificadas em Instrumentos Financeiros – ações custo	2.337.740
Reclassificação das ações classificadas em Instrumentos Financeiros – ações – valor justo	(690.179)
Total da contraprestação transferida classificada como investimento	1.647.561

De acordo com os CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a reclassificação de alterações de valor justo reconhecidas em outros resultados abrangentes não deve transitar pelo resultado do exercício, e podem ser transferidas para retenção de lucros no patrimônio líquido. Considerando isso, a Companhia optou pela reclassificação do valor justo do instrumento financeiro, líquido dos impostos diferidos, reconhecido até então na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, para a rubrica "Retenção de lucros", conforme detalhado a seguir:

	Valor
Reclassificação das ações classificadas em Instrumentos Financeiros – ações – valor justo	(690.179)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	234.661
Valor líquido reclassificado	(455.518)

A operação não se configura como uma combinação de negócios, uma vez que não houve aquisição de controle pela Companhia, mas sim a formalização de controle conjunto. Dessa forma, a diferença entre o valor pago ao valor líquido dos ativos identificáveis é reconhecida como ágio (não amortizável – sujeito ao teste de *impairment* conforme IAS 36) ou mais valia (podendo ser amortizável – a depender da alocação) dentro do próprio investimento. Dado o tempo necessário para a elaboração do laudo por consultoria externa, a Companhia realizou a alocação como saldo de ágio referente à diferença entre o custo de aquisição e valor contábil da participação adquirida, a qual poderá ser ajustada após a conclusão do laudo de avaliação.

	Valor
Valor do patrimônio líquido da Hypera – Em 30 de abril de 2025	11.811.634
(-) Participação após as aquisições das ações (11,02%)	(1.302.070)
Contraprestação transferida	1.647.561
Ágio na aquisição de investimento	345.491

(b) Conclusão da opção de venda ("put option") com a ArcelorMittal Brasil S.A. ("AMB")

Em abril de 2018, a Companhia passou a deter participação minoritária de 2,99% na ArcelorMittal Brasil S.A. ("AMB"), equivalente a participação econômica de 15% do negócio de aços longos. Em atendimento às regras contábeis, o investimento foi reconhecido como instrumento financeiro avaliado a valor justo por meio do resultado, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Em março de 2022, a Companhia exerceu uma opção de venda da totalidade das ações detidas na AMB e o valor da opção estava sendo discutido em processo arbitral, tendo sido o montante de R\$ 935.749 recebido em janeiro de 2023 a título de adiantamento.

Em 18 de junho de 2025, foi celebrado acordo entre as partes para encerramento da arbitragem, com homologação em 22 de julho de 2025 e previsão de pagamento em quatro parcelas ao longo de 3 anos.

Em 31 de julho de 2025, a Companhia recebeu a primeira parcela no valor de R\$ 1.115.000 e transferiu a titularidade das ações.

Ainda em julho de 2025, a Companhia vendeu os demais recebíveis para a Janssen B.V. Capital, conforme detalhado abaixo:

Total de recebíveis junto à AMB	1.907.716
(-) Desconto aplicado na operação	(213.452)
(-) IOF	(6.438)
Valor líquido recebido pela Companhia	1.687.826

(c) Acordo societário – Citrosuco S.A. Agroindústria

Em 2 de dezembro de 2025, a Companhia, a Citro-Fischer Coöperatief U.A., a 4F Capital N.V., a Citrosuco S.A. Agroindústria ("Citrosuco") e a Golden Participações em Commodity S.A. ("Golden") celebraram um Contrato de Compra e Subscrição de Ações prevendo a entrada da Golden na Citrosuco por meio de (i) aporte de capital e (ii) aquisição de participação dos atuais acionistas.

Em 31 de dezembro de 2025, a operação ainda dependia do cumprimento de condições precedentes, incluindo aprovações concorrenciais. Em linha com o IFRS 5 / CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas, A Administração avaliou que, na data-base, estavam atendidos os critérios de venda altamente provável, de forma que a parcela do investimento estimada para alienação foi reclassificada para ativos mantidos para venda (Nota 25). A parcela remanescente do investimento permanece avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

A Administração avaliou o valor justo da operação, considerando os termos do contrato e as despesas diretamente atribuíveis à transação, e concluiu que o valor contábil do investimento não supera o valor justo. Não houve, portanto, reconhecimento de perda por imparidade em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia continuará acompanhando a evolução até o fechamento, nos termos previstos no contrato.

(d) Venda das operações do segmento de alumínio – Companhia Brasileira de Alumínio ("CBA")

Em dezembro de 2025, o Conselho de Administração da VSA aprovou o desinvestimento integral da controlada CBA.

A conclusão da operação está condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais para transações dessa natureza, incluindo a obtenção das aprovações necessárias junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e outras autoridades antitruste, além de autorizações regulatórias adicionais, tais como da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e de autoridades da República Popular da China.

Em conformidade com o IFRS 5 / CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas, a Administração concluiu que, na referida data, estavam atendidos os critérios para classificação da venda como altamente provável. Dessa forma, o valor do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP), em 31 de dezembro de 2025, foi reclassificado para o grupo de ativos mantidos para venda.

A Administração da VSA avaliou o valor justo da operação, concluindo que o valor contábil do investimento não excedia seu valor justo. Consequentemente, não houve reconhecimento de perda por imparidade em 31 de dezembro de 2025.

A política contábil aplicável, bem como informações adicionais sobre ativos mantidos para venda, encontra-se apresentadas nas Notas 2.4 e 25, respectivamente.

1.1.3 Demais operações

(a) Tarifas comerciais entre Estados Unidos, Canadá e Brasil

Ao longo de 2025, diversas medidas tarifárias foram anunciadas pelo governo dos Estados Unidos, incluindo a imposição e o aumento de tarifas sobre importações de bens, energia, aço, alumínio e produtos originários do Brasil. Embora algumas dessas medidas tenham sido posteriormente ajustadas, por meio de isenções setoriais e lista de exceções previstas nos atos executivos norte-americanos, o ambiente comercial internacional permanece instável.

A Companhia segue monitorando os desdobramentos dessas políticas comerciais e avaliando continuamente seus potenciais impactos sobre suas operações e sua posição financeira, especialmente diante das incertezas quanto ao escopo, à duração e a eventuais modificações futuras das tarifas atualmente em vigor.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2025, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas

as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 5 de março de 2026, em conjunto com a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025, os quais estão disponíveis no site de Relações com Investidores (<https://www.votorantim.com.br/pt/relacao-com-investidores/>).

2.2 Principais empresas controladas, coligadas e empreendimento controlados em conjunto

Os investimentos em entidades coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para serem classificadas como entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permita a Companhia controle compartilhado da entidade e dê à Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas separadamente da demonstração financeira do consolidado.

A Companhia também reconhece seus ativos de acordo com a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada de forma proporcional. Isso implica em reconhecer a parte do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas das *joint operation*, adicionando tais valores a seus próprios ativos, passivos, receitas e despesas, por natureza (método linha a linha).

O quadro a seguir detalha as principais investidas da Companhia, com a sua localização geográfica e segmento de atuação:

VOTORANTIM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais empresas consolidadas	Percentual de participação		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Subsidiárias e controladas				
Acergroup S.A.	100,00	100,00	Argentina	Siderurgia
Acerholding S.A.	80,00	80,00	Argentina	Holding
Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A.	100,00	100,00	Brasil	Imobiliário
Citrovita Agro Industrial Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Agropecuária
Companhia Brasileira de Alumínio. (i)		68,60	Brasil	Alumínio
Fazenda Bodoquena Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Agropecuária
Janssen Capital B.V.	100,00	100,00	Holanda	Investimentos financeiros
Nexa Resources S.A.	64,67	64,67	Luxemburgo	Holding
Piratinga Participação Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Holding
Reservas Votorantim Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Proteção ambiental
Votorantim Cimentos S.A.	100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Finanças S.A.	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Interávia Taxi Aéreo Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Serviços
Centro de Excelência de Projetos Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Serviços
Votorantim International CSC. S.A.C.		100,00	Peru	Holding
Floen S.A.	100,00	50,00	Brasil	Holding
VE Participações Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Holding
23S Capital Ltda.	60,00	60,00	Brasil	Holding
Votorantim FinCO GmbH.		100,00	Áustria	Holding
Principais empresas não consolidadas				
Coligadas				
Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.	10,33	10,33	Brasil	Infraestrutura
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)				
Auren Energia S.A.	38,88	38,66	Brasil	Energia Elétrica
Citrosuco S.A. Agroindústria.	50,00	50,00	Brasil	Agroindústria
DBOAT I Fundo de Investimento em Participações	44,96	44,96	Brasil	Investimentos
Hypera S.A	11,02		Brasil	Farmacêutica

(i) Investida reclassificada para ativo mantido para venda conforme Nota 25.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$” ou “BRL”).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais. Quando os itens são reavaliados, são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como operações qualificadas de *hedge* de investimento líquido.

2.4 Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas

Um ativo é classificado como mantido para venda quando seu valor contábil será recuperado principalmente por meio de transação de venda, e não pelo uso contínuo. A classificação é feita quando o ativo está disponível para venda imediata em suas condições atuais, e a alienação é considerada altamente provável, sujeita apenas aos termos usuais de conclusão da transação.

Os ativos (ou grupos de ativos e passivos) mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil; e
- (ii) o valor justo deduzido dos gastos incrementais diretamente atribuíveis à venda.

A classificação também pode envolver investimentos quando destinados à alienação, hipótese em que são reclassificados para "ativos mantidos para venda", observadas as práticas aplicáveis ao método da equivalência patrimonial.

Uma operação descontinuada corresponde a um componente que:

- (i) representa uma linha de negócios ou área geográfica relevante e separada;
- (ii) integra um plano coordenado de alienação de uma linha de negócios ou área geográfica relevante;

ou

- (iii) foi adquirido com o propósito exclusivo de venda.

A classificação como operação descontinuada ocorre na data da alienação ou quando os critérios para classificação como mantida para venda são atendidos, o que ocorrer primeiro.

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis que entraram em vigor no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, e identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2025 conforme demonstrado abaixo:

(a) Alteração no CPC 32 / IAS 12 "Tributos sobre o lucro" – Reforma tributária internacional – regras do modelo *Pillar 2*

A Companhia está enquadrada no escopo das regras do *Pillar 2* estabelecidas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que refletem uma iniciativa para implementar o imposto mínimo global de 15%.

Além do Brasil, que instituiu o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em 2025, incorporando na legislação brasileira o *Qualified Domestic Minimum Top-Up Tax* ("QDMTT"), outras jurisdições, onde, a Companhia e suas controladas possuem operações, já haviam implementado essas regras.

A Companhia realizou estudos sobre o impacto decorrente da referida legislação e, com base na avaliação realizada para o período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2025, não há impacto de imposto complementar (*Top-Up Tax*).

(b) Outras alterações

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto material na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e nos exercícios futuros.

3.2 Novas normas, regulamentações emitidas e emendas as normas contábeis e fiscais ainda não vigentes

(a) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras / IFRS 18

Em 9 de abril de 2024, o IASB anunciou a publicação da nova norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores mais transparência nas informações, conforme descrito a seguir:

- Comparabilidade aperfeiçoada nas demonstrações de resultados com a introdução de três categorias definidas para receitas e despesas (operacional, investimentos e financiamentos), melhorando a estrutura e exigindo o fornecimento de novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional;
- Maior transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração, com a exigência da divulgação de explicações sobre os indicadores relacionados às demonstrações de resultados; e
- Melhor agrupamento de informações nas demonstrações financeiras, estabelecendo orientações quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com opção de aplicação antecipada, sujeito à autorização dos órgãos reguladores.

(b) Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standards Board ("ISSB") – IFRS S1 e IFRS S2

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board ("ISSB") emitiu suas duas primeiras normas de relatórios de sustentabilidade – IFRS S1 e IFRS S2, que foram adotadas no Brasil pela CVM, e com data de aplicação obrigatória a partir de exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Estas normas contêm requerimentos de divulgação de informações de sustentabilidade, e pretendem promover a consistência, comparabilidade e qualidade dessas informações, desenhadas para atender as necessidades dos investidores e mercados financeiros.

(c) Reforma tributária

Contextualização e estágio atual do projeto

Em 2023, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a base da reforma tributária sobre o consumo no Brasil. Em 2025, a Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou os principais aspectos da reforma, estabelecendo um novo modelo de tributação baseado no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. Esse modelo prevê a substituição de diversos tributos atuais por três novos impostos:

- Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): de competência estadual e municipal, substituindo o ICMS e o ISS;
- Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): de competência federal, substituindo o PIS e a COFINS;
- Imposto Seletivo (IS): aplicável a produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Impactos esperados e medidas preparatórias

A nova estrutura tributária visa simplificar o sistema atual, reduzir a cumulatividade, ampliar a transparência e melhorar o ambiente de negócios no país. A transição para o novo modelo ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033, conforme cronograma estabelecido pela legislação vigente.

A Companhia vem acompanhando ativamente os desdobramentos da regulamentação e participando de fóruns técnicos e setoriais para avaliação dos impactos econômicos, operacionais e contábeis da reforma.

Avaliação contábil

Até o encerramento deste exercício, os efeitos da reforma tributária ainda não impactaram diretamente os saldos contábeis das demonstrações financeiras, uma vez que os novos tributos ainda não estão em vigor. No entanto, a Administração segue monitorando os desdobramentos regulatórios e seus potenciais efeitos sobre os ativos e passivos fiscais, bem como sobre a estrutura de preços e margens operacionais.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente revisados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis podem não se igualar aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas nas respectivas notas explicativas a seguir:

- (i) Investimentos (Nota 13);
- (ii) Imobilizado (Nota 14);
- (iii) Intangível (Nota 15);
- (iv) Arrendamento (Nota 16);
- (v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 18);
- (vi) Provisões (Nota 19).

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

A Companhia possui transações com partes relacionadas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem afetar seu fluxo de caixa. Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Companhia segue a Política financeira aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de taxa de câmbio, taxas de juros, e contra eventos adversos de crédito. Adicionalmente, objetiva a preservação da liquidez.

Os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção e gestão de riscos financeiros são: *swaps* convencionais, opções de compra (*calls*), opções de venda (*puts*), contratos futuros de moedas, juros e contratos a termo de moedas (NDF – *Non-Deliverable Forward*). As estratégias que contemplem compras e vendas de opções simultaneamente somente serão autorizadas quando não resultarem em posição líquida vendida em volatilidade do ativo-objeto. A Companhia não contrata instrumentos financeiros para fins especulativos.

(a) Risco cambial

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos expostos ao risco cambial na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	2025	2024
Ativos expostos ao risco cambial		
Caixa e equivalentes de caixa	444.771	438.126
Clientes Estrangeiros	2.589	2.446
Clientes Estr. Comp. Ligadas	18.047	10.121
Exposição líquida	465.407	438.126

(b) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros é oriundo das oscilações de cada um dos principais indexadores de taxas de juros provenientes de transações de empréstimos e financiamentos, e de aplicações financeiras, as quais impactam os pagamentos e recebimentos da Companhia.

(c) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição aos riscos de crédito de contrapartes e emissores.

A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7. Os *ratings* divulgados nesta nota sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao descumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte. A utilização da metodologia está descrita na Política Financeira da VSA.

(d) Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, portanto esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Arrendamentos	4.079	8.979	1.247	510	14.815
Fornecedores	19.193				19.193
Dividendos a pagar	865.249				865.249
Partes relacionadas		20.672			20.672
	888.521	29.651	1.247	510	919.929
Em 31 de dezembro de 2024					
Arrendamentos	5.117	9.455	4.563	926	20.061
Fornecedores	23.577				23.577
Dividendos a pagar	216.114				216.114
Partes relacionadas		20.385			20.385
	244.808	29.840	4.563	926	280.137

5.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros – considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros – estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de dívidas com vencimentos e termos similares.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 – inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados nos níveis 1 e 2 de hierarquia, vide classificação abaixo:

Valor justo medido com base em				2025
	Nota	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.222.342	316.342	1.538.684
Aplicações financeiras	9	283.855		283.855
Instrumentos financeiros – ações		287.909		287.909
		1.794.106	316.342	2.110.448
Passivos				
Arrendamento	16 (b)		14.815	14.815
			14.815	14.815

Valor justo medido com base em				2024
	Nota	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.775.358	520.267	2.295.625
Aplicações financeiras	9	123.215	32.532	155.747
Instrumentos financeiros – ações		1.621.944	4.491.675	6.113.619
		3.520.517	5.044.474	8.564.991
Passivos				
Arrendamento	16 (b)		17.428	17.428
			17.428	17.428

5.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar e CDI. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025, estão descritos a seguir:

Cenário I – Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II – considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III – considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

					Impactos no resultado			
					Cenário I			
					Cenários II & III			
Fatores de Risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Unidade	Choque nas curvas de 2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Câmbio								
USD	444.771	USD	-1,20%	(5.338)	(111.193)	(222.385)	111.193	222.385
Taxas de juros								
BRL – CDI	1.377.649	BRL	-73 bps	(10.046)	(51.317)	(102.635)	51.317	102.635

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas, pois a análise realizada contemplou todas as moedas mais significativas e as taxas de juros contemplam somente o valor de principal.

BRL – Moeda nacional (real)
USD – Dólar americano

6. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual eles foram adquiridos e determinam a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(c) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(d) *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo

O *impairment* de ativos financeiros é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito “futuro” que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

	Nota	2025	2024
Ativos			
Custo amortizado			
Contas a receber de clientes – partes relacionadas		104.196	44.000
Partes relacionadas		194.765	125.112
		298.961	169.112
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa (i)		1.538.684	2.295.625
Aplicações financeiras		283.855	155.747
		1.822.539	2.451.372
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros – ações		287.909	1.621.944
		287.909	1.621.944
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores		19.193	23.577
Arrendamento	16 (b)	14.815	17.428
Partes relacionadas		20.672	20.385
		54.680	61.390

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

7. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Os *ratings* decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de *rating* (S&P Global Ratings, Moody's e Fitch Ratings). Para fins de apresentação, foi considerado o padrão de nomenclatura da S&P Global Ratings e da Fitch Ratings e a classificação conforme estabelecida nas políticas financeiras.

	2025			2024		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa						
AAA	1.093.711	174.244	1.267.955	1.857.492		1.857.492
AA	3	54.053	54.056		240.839	240.839
AA+	196		196	3		3
AA-		11	11	4		4
A+	3	216.463	216.466		143	143
A-					175.448	175.448
Sem <i>rating</i> (i)					21.696	21.696
	1.093.913	444.771	1.538.684	1.857.499	438.126	2.295.625
Aplicações financeiras						
AAA	283.855		283.855	155.747		155.747
	283.855		283.855	155.747		155.747
	1.377.768	444.771	1.822.539	2.013.246	438.126	2.451.372

(i) Referem-se a valores aplicados que não possuem classificação nas agências de *rating*.

8. Caixa e equivalentes de caixa

A política de caixa e equivalentes de caixa Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

(a) Composição

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. Os equivalentes de caixa em moeda estrangeira são compostos, principalmente, por instrumentos financeiros em moeda local da Companhia.

	2025	2024
Moeda nacional		
Caixa e bancos	119	179
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	316.342	520.267
Operações compromissadas - títulos públicos	777.452	1.337.053
	1.093.913	1.857.499
Moeda estrangeira		
Caixa e bancos	444.771	438.126
	444.771	438.126
	1.538.684	2.295.625

9. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos.

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

(a) Composição

	2025	2024
Valor justo por meio do resultado		
Moeda nacional		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	283.855	123.215
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs		32.532
	283.855	155.747
Circulante	283.855	155.747
	283.855	155.747

10. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	2025	2024
IRPJ e CSLL (i)	200.285	108.772
PIS e COFINS (ii)	10.299	19.364
IRRF (iii)	1.220	6.086
Outros	66	37
	211.870	134.259
Circulante	199.634	102.747
Não circulante	12.236	31.512
	211.870	134.259

- (i) Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).
- (ii) Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- (iii) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

11. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas de maneira que não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas investidas. No curso normal das operações, são realizados contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint ventures* e acionistas e entidades sobre controle comum), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

	Controladas		Coligadas		Controladora		Empreendimentos controlados em conjunto		Outras partes relacionadas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo												
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa							196	3			196	3
Contas a receber de clientes	34.001	17.862	37.279	24.148	372	494	4.573	1.496	27.997		104.222	44.000
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	849.550	412.019					52.071	23.038	23.842	54.377	925.463	489.434
	883.551	429.881	37.279	24.148	372	494	56.840	24.537	51.839	54.377	1.029.881	533.437
Não circulante												
Rateio de projetos – líquido de adiantamento	67.075	56.933	22.638	21.043			1.932				91.645	77.976
Demais ativos	1.511	3.200	6.714	8.574			66.431	9.729			74.656	21.503
	68.586	60.133	29.352	29.617			68.363	9.729			166.301	99.479
	952.137	490.014	66.631	53.765	372	494	125.203	34.266	51.839	54.377	1.196.182	632.916
Passivo												
Circulante												
Fornecedores	2.191	2.162	308	305		10		69			2.499	2.546
Dividendos a pagar					865.250	216.114					865.250	216.114
	2.191	2.162	308	305	865.250	216.124		69			867.749	218.660
Não circulante												
Demais passivos			2.601	2.827					18.071	17.558	20.672	20.385
			2.601	2.827					18.071	17.558	20.672	20.385
	2.191	2.162	2.909	3.132	865.250	216.124		69	18.071	17.558	888.421	239.045
Resultado												
Rateio de serviços compartilhados	112.230	134.489	90.458	94.689	1.306	995	10.835	6.274			214.829	236.447
Resultado financeiro	3.636	2.882	1.383	3.619			858		(1.198)	(311)	4.679	6.190
	115.866	137.371	91.841	98.308	1.306	995	11.693	6.274	(1.198)	(311)	219.508	242.637

12. Outros ativos

	2025	2024
Crédito na venda de ativo imobilizado	153.142	216.060
Contas a receber de clientes	85.357	58.872
Crédito com venda de participações societária	63.617	13.366
Adiantamentos a funcionários	1.369	1.256
Seguros a apropriar	1.112	1.083
Adiantamentos a fornecedores	62	554
Despesas pagas antecipadamente	702	531
Outros créditos	8.325	12.766
	313.687	304.488
Circulante	249.476	283.048
Não circulante	64.211	21.440
	313.687	304.488

13. Investimentos

(a) Composição

	Informações em 31/12/2025			Resultado da equivalência			Saldo
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante e total (%)	2025	2024	2025	2024
Controladas							
Acergroup S.A.	372.486	(31.051)	100,00%	(31.051)	45.066	372.486	821.819
Acerholding S.A.	281.784	(23.589)	80,00%	(18.871)	27.251	225.428	496.862
Altre Empreendimentos e Investimentos	1.650.790	107.802	100,00%	107.802	1.656	1.650.790	897.607
Citrovita Agro Industrial Ltda.	30.556	(31.094)	100,00%	(31.094)	35.005	30.556	82.244
Companhia Brasileira de Alumínio (i)		121.040	68,60%	83.028	(123.864)		2.347.042
Fazenda Bodoquena Ltda.	75.824	1.172	100,00%	1.172	17.796	75.824	73.177
Janssen Capital B.V.	6.021.175	280.091	100,00%	280.091	132.777	6.021.175	4.574.151
Nexa Resources S.A.	5.694.126	724.959	64,67%	468.869	(739.717)	3.439.627	3.130.195
Piratiniga Participação Ltda.	11.980	(5.198)	100,00%	(5.198)	10.125	11.980	17.178
Reservas Votorantim Ltda.	22.198	(2.673)	100,00%	(2.673)	(3.947)	22.198	23.149
Votorantim Cimentos S.A.	17.976.032	2.924.356	100,00%	2.924.356	898.159	17.359.139	18.679.624
Votorantim Finanças S.A.	6.829.609	461.865	100,00%	461.865	400.549	6.829.609	6.685.565
Votorantim FinCO GmbH (ii)		266.529		266.529	600.257		5.753.956
Floen S.A.	8.253	798	100,00%	508	(1.041)	8.253	3.727
Interávia Taxi Aéreo Ltda.	564	(8.693)	100,00%	(8.693)	(11.304)	564	6
Centro de Excelência de Projetos Ltda.	20.973	(2.533)	100,00%	(2.533)	1.626	20.973	23.505
23S Capital Ltda.	65.843	82.715	60,00%	49.629	20.021	39.506	31.186
Outros investimentos				128	258	919	9.937
Coligadas							
Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.	15.791.254	3.279.588	10,33%	338.788	128.992	1.631.268	1.405.825
Controladas em conjunto (Joint ventures)							
Auren Energia S.A.	12.508.763	(664.035)	38,88%	(176.421)	180.607	4.863.657	5.103.328
Citrosuco S/A Agroindústria (iii)	5.951.290	282.094	50,00%	126.795		2.475.989	
DBOAT I Fundo de Investimento em	601.340	115.266	44,96%	51.819	(62.704)	270.338	218.519
Hypera S.A.	12.530.277	1.280.979	11,02%	141.182		1.381.012	
Mais valia							
Auren Energia S.A.				(86.106)	(86.106)	(36.671)	(32.465)
Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.				(81.863)	(70.968)	786.033	867.896
Citrosuco S/A Agroindústria				(35.052)		453.858	
Ágios							
Acergroup S.A.						148.997	148.997
Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.						552.693	552.693
Citrosuco S/A Agroindústria						352.394	
Hypera S.A.						345.919	
Fazenda Bodoquena Ltda.						833	833
				4.823.006	1.400.494	49.335.347	51.916.556
Obrigações a pagar com investidas							
Citrosuco S/A Agroindústria					(571.062)		(1.903.044)
VE Participações Ltda.	(5.416)	(3.054)	100,00%	(3.054)	1.375	(5.416)	(2.362)
				(3.054)	(569.687)	(5.416)	(1.905.406)
				4.819.952	830.807	49.329.931	50.011.150

- (i) Em decorrência da aprovação do desinvestimento integral na controlada CBA, em 29 de janeiro de 2026, a Companhia celebrou o compromisso para a venda, conforme nota 25.
- (ii) Empresa incorporada em 28 de junho de 2025.
- (iii) A parcela de R\$ 499.656 do investimento Citrosuco foi reclassifica para a rubrica “Ativo classificado como mantidos para venda”, conforme Nota 1.1.2 (c).

(b) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras selecionadas das principais controladas, coligadas e *joint ventures* em 31 de dezembro de 2025:

	% Participação total votante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido incluindo participação de minoritários	Receita líquida	Resultado operacional	Resultado financeiro	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Subsidiárias e controladas											
Acergroup S.A.	100,00	58	373.467	22	1.017	372.486		(31.492)	380	61	(31.051)
Acerholding S.A.	80,00	75	282.381	22	650	281.784		(23.850)	237	24	(23.589)
Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliário S.A.	100,00	171.997	2.200.490	37.889	683.808	1.650.790	16.500	55.148	42.217	(6.063)	107.802
Citrovita Agro Industrial Ltda.	100,00	19.350	80.970	1.226	68.538	30.556		(11.640)	(42.804)	23.350	(31.094)
Companhia Brasileira de Alumínio	68,60	3.684.768	9.349.205	2.021.527	6.720.558	4.291.888	7.707.465	(7.240.561)	(227.946)	(117.918)	121.040
Fazenda Bodoquena Ltda.	100,00	52.523	56.943	25.069	8.573	75.824	29.831	(25.804)	(2.823)	(33)	1.171
Janssen Capital B.V.	100,00	5.871.059	192.910	42.794		6.021.175		235.552	145.521	(100.982)	280.091
Nexa Resources S.A.	64,67	2.045.780	14.990.680	4.443.188	6.899.146	5.694.126	6.189.058	(4.868.761)	(595.309)	(29)	724.959
Piratinga Participação Ltda.	100,00	10.792	9.895	8.086	621	11.980		(10.398)	2.005	3.195	(5.198)
Reservas Votorantim Ltda.	100,00	4.604	20.707	3.113		22.198	12.271	(15.134)	152	38	(2.673)
Votorantim Cimentos S.A.	100,00	3.788.215	26.497.621	3.414.013	8.895.791	17.976.032	10.244.237	(6.687.490)	(838.050)	205.660	2.924.357
Votorantim Finanças S.A.	100,00	167.344	7.028.749	198.057	168.427	6.829.609		623.621	(33.646)	(128.110)	461.865
Votorantim FinCO GmbH								266.069	452	8	266.529
Floen S.A.	100,00	8.274		21		8.253		1	1.010	(213)	798
Interávia Taxi Aéreo Ltda.	100,00	1.477	(8)	905		564	4.046	(12.788)	49		(8.693)
VE Participações Ltda.	100,00	983	197	595	6.001	(5.416)		(1.491)	(1.533)	(30)	(3.054)
Centro de Excelência de Projetos Ltda.	100,00	12.458	12.408	3.893		20.973	9.726	(12.760)	1.016	(515)	(2.533)
23S Capital Ltda.	60,00	116.448	1.175	51.780		65.843	111.667	(26.956)	9.692	(11.688)	82.715
Coligadas											
Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.	10,33	4.730.152	20.710.329	1.235.607	8.413.620	15.791.254	70.845	3.765.713	(600.889)	43.918	3.279.587
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)											
Auren Energia S.A.	38,88	746.182	16.418.099	165.918	4.489.600	12.508.763		(85.446)	(689.527)	110.939	(664.034)
Citrosuco S/A Agroindústria	50,00	6.383.425	15.524.410	5.798.340	10.158.205	5.951.290	6.314.674	(5.736.626)	(826.417)	663.831	415.462
DBOAT I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	44,96	29.629	605.280	33.569		601.340	31.777	(4.848)	88.338		115.267
Hypera S.A.	11,02	6.068.247	18.929.783	2.802.449	9.665.304	12.530.277	6.090.035	(4.214.475)	(599.333)	1.033	1.277.260

(c) Movimentação

	2025	2024
Saldo no início do exercício	51.916.556	45.140.783
Equivalência patrimonial	4.684.299	1.400.492
Variação cambial de investimentos no exterior	(2.708.042)	6.725.527
Aumento de capital em investidas	2.344.831	438.479
Aumento de capital com conversão de dividendos em ações – CBA		14.291
Ações da Auren recebidas no acordo com a Eletrobrás		5.111
Ações da Auren recebidas na incorporação de ações da AES		188.260
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	(4.694.646)	(1.472.484)
Valor justo de ativos disponíveis para venda	146.677	(141.003)
Hedge de fluxo de caixa	237.488	(337.247)
Reduções de capital, liquidações e venda de investimentos	(29.456)	(72.207)
Hedge net investment VCNA	99.579	(178.106)
Aquisição de investimentos (ii)	1.647.433	
Benefícios atuariais	(2.717)	230.609
Efeito da transação de reestruturação da investida Citrosuco (i)	(4.620.033)	
Transferência investimento (i)	3.086.866	
Reclassificação para ativos mantidos para venda (iii)	(3.194.855)	
Reclassificação ágio e mais valia Citrosuco S.A Agroindústria	248.007	
Outros	173.360	(25.949)
Saldo no final do exercício	49.335.347	51.916.556

Obrigações a pagar com investidas	2025	2024
Saldo no início do exercício	(1.905.406)	(834.438)
Equivalência patrimonial	135.653	(569.685)
Variação cambial de investimentos no exterior	344.018	(362.140)
Hedge de fluxo de caixa	130.579	(139.343)
Efeito da transação de reestruturação da investida Citrosuco S.A Agroindústria	4.620.033	
Transferência investimento (ii)	(3.086.866)	
Reclassificação ágio e mais valia Citrosuco S.A Agroindústria	(248.007)	
Outros	4.580	200
Saldo no final do exercício	(5.416)	(1.905.406)

- (i) Em decorrência de uma reestruturação societária, a Citrosuco GmbH foi incorporada pela nova investida Citrosuco N.L. B.V., a qual, por sua vez, passou a integrar os investimentos da Citrosuco S.A. Agroindústria por meio de um aporte de capital. Dessa forma, a Citrosuco S.A. passou a deter a totalidade da participação na operação no exterior. A VSA manteve, em todos os estágios da operação, sua participação de 50% no conglomerado Citrosuco, não havendo alterações nos saldos líquidos de investimento, ágio e mais valia. Consequentemente, o saldo anteriormente alocado em “Obrigações a pagar com investidas” foi reclassificado para Investimentos.
- (ii) Aquisição investimento Hypera
- (iii) Refere-se ao compromisso para a venda da controlada CBA, conforme nota 1.1.2 (d) e da parcela do investimento da Citrosuco reclassificada para ativo mantido para venda, conforme nota 1.1.2 (c).

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam

o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior que o seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para determinar o valor recuperável.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais " na demonstração do resultado.

(i) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas possam indicar deterioração ou perda do valor contábil. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) excede seu valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados posteriormente para a análise de uma possível reversão do *impairment*, na data do balanço.

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(a) Composição e movimentação

	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Em 1º de janeiro de 2024								
Custo	203.860	39.141	45.077	170	6.984	113.521	8.315	417.068
Depreciação acumulada	(695)	(22.998)	(44.069)	(170)	(6.400)		(5.529)	(79.861)
Saldo líquido	203.165	16.143	1.008		584	113.521	2.786	337.207
Adições					82	3.287		3.369
Baixas	(1.339)					(1.489)		(2.828)
Depreciação	(8)	(1.422)	(199)		(193)		(456)	(2.278)
Em 31 de dezembro de 2024	201.818	14.721	809		473	115.319	2.330	335.470
Custo	202.521	39.141	45.077	170	7.066	115.319	8.315	417.609
Depreciação acumulada	(703)	(24.420)	(44.268)	(170)	(6.593)		(5.985)	(82.139)
Saldo líquido	201.818	14.721	809		473	115.319	2.330	335.470
Adições						14.020		14.020
Baixas	(4.200)	(344)						(4.544)
Depreciação	(7)	(5.894)	(12.110)		(148)		(407)	(18.566)
Transferência	1.423	78.848	27.523		67	(109.594)		(1.733)
Em 31 de dezembro de 2025	199.034	87.331	16.222		392	19.745	1.923	324.647
Custo	199.672	117.293	72.599	170	7.133	19.745	8.251	424.863
Depreciação acumulada	(638)	(29.962)	(56.377)	(170)	(6.741)		(6.328)	(100.216)
Em 31 de dezembro de 2025	199.034	87.331	16.222		392	19.745	1.923	324.647
Taxas médias anuais de deprec	1	4	10		10		4	

(i) As transferências incluem a reclassificação de “Obras em andamento” no grupo do imobilizado para “Máquinas e equipamentos e instalações”, “Móveis e utensílios”, “Terras e terrenos e benfeitorias, terrenos e benfeitorias” e “Outros” no grupo do intangível.

15. Intangível

(i) Softwares

Os custos associados à manutenção de *softwares* são amortizados durante sua vida útil.

(a) Composição e movimentação

	Software	Direitos sobre marcas e patentes	Intangível em andamento	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2024					
Custo	80.454	17	64.073	3.161	147.705
Amortização acumulada	(69.201)				(69.201)
Saldo líquido	11.253	17	64.073	3.161	78.504
Adições	595		2.272		2.867
Baixas			(2.119)		(2.119)
Amortização	(3.698)				(3.698)
Em 31 de dezembro de 2024	8.150	17	64.226	3.161	75.554
Custo	81.049	17	64.226	3.161	148.453
Amortização acumulada	(72.899)				(72.899)
Saldo líquido	8.150	17	64.226	3.161	75.554
Adições	322		4.216		4.538
Baixas			(1.688)		(1.688)
Amortização	(37.410)				(37.410)
Transferências (i)	69.479		(67.746)		1.733
Em 31 de dezembro de 2025	40.541	17	(992)	3.161	42.727
Custo	150.850	17	(992)	3.161	153.036
Amortização acumulada	(110.309)				(110.309)
Em 31 de dezembro de 2025	40.541	17	(992)	3.161	42.727
Taxas médias anuais de amortização - %	16				

(i) As transferências incluem a reclassificação de "Intangível em andamento" no grupo do imobilizado para "Software".

16. Arrendamento

(a) Composição e movimentação do ativo de direitos de uso

	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Equipamentos de informática	Total
Em 1º de janeiro de 2024			
Custo	14.017	263	14.280
Amortização acumulada	(8.600)	(263)	(8.863)
Saldo líquido	5.417		5.417
Reavaliação de principal	13.418	116	13.534
Amortização	(3.921)	(116)	(4.037)
Em 31 de dezembro de 2024	14.914		14.914
Custo	27.435	379	27.814
Amortização acumulada	(12.521)	(379)	(12.900)
Saldo líquido	14.914		14.914
Reavaliação de principal	1.614	105	1.719
Amortização	(4.066)	(105)	(4.171)
Em 31 de dezembro de 2025	12.462		12.462
Custo	29.049	485	29.534
Amortização acumulada	(16.587)	(485)	(17.072)
Em 31 de dezembro de 2025	12.462		12.462

(b) Movimentação das obrigações de arrendamento

	2025	2024
Saldo no início do exercício	17.428	6.088
Ajuste a valor presente	1.076	2.488
Reavaliação de principal	1.720	13.534
Liquidações	(5.409)	(4.682)
Saldo no final do exercício	14.815	17.428
Circulante	4.079	3.775
Não circulante	10.736	13.653
Saldo no final do exercício	14.815	17.428

(c) Perfil de vencimento



17. Outros passivos

	2025	2024
Remuneração variável	63.349	87.354
Prêmios a apropriar	5.000	9.600
Outros passivos	46.052	126.853
	114.401	223.807
Circulante	20.289	32.183
Não circulante	94.112	191.624
	114.401	223.807

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os saldos referentes ao imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição social correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, pela companhia, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findos em 31 de dezembro, apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.991.652	1.034.408
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(1.017.162)	(351.699)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	1.638.294	282.474
Crédito de IR pago no exterior IN 1520/14	511.724	339.563
Incentivo fiscal	15.436	970
Crédito referente a não incidência de IRPJ e CSLL sobre SELIC de indêbitos	11.906	3.016
Dividendos recebidos	2.276	3.213
Adição de lucro no exterior IN 1520/14	(539.502)	(359.154)
Ganho na venda de instrumentos financeiros (ações)	(1.365)	(65.916)
Adições e exclusões permanentes, líquidas	28.458	23.080
IRPJ e CSLL apurados	650.065	(124.453)
Correntes	(616.170)	(151.320)
Diferidos	1.266.235	26.866
IRPJ e CSLL no resultado	650.065	(124.454)
Taxa efetiva - %	-22%	12%

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2025	2024
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	188.177	188.177
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Ajuste a valor justo – instrumentos financeiros	90.396	114.663
Provisões referentes a processos judiciais	83.571	30.665
PPR – Provisão de participação no resultado	68.297	77.504
Benefícios Sociais – CPC 33	50.645	47.968
IFRS 16 – Arrendamento	5.037	5.926
Estimativa para perdas em investimentos, imobilizado e intangível		125.807
Outros créditos	35.553	21.610
Diferimento em contratos de derivativos		(1.304.716)
Mais valia de ativos	(120.638)	(155.765)
Diferimento do ganho de capital na alienação de investimentos, imobilizado e intangível	(40.895)	(52.798)
IFRS 16 – Arrendamento	(4.237)	(5.071)
Outros débitos	(17.947)	(791)
Impostos diferidos ativos/passivos líquidos	337.959	(906.821)

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do período e no resultado abrangente

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(906.821)	(1.136.463)
Efeito no resultado do exercício	1.266.235	26.866
Efeito em outros componentes do resultado abrangente	(21.455)	202.776
Saldo no final do exercício	337.959	(906.821)

(d) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

	2025	Percentual
2031	188.177	100%
	188.177	100%

19. Provisões

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em “Provisões”. Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

(i) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas.

As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da relevância do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (incluindo eventuais honorários advocatícios), a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do período. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(a) Composição e movimentação

	2025				2024	
	Processos judiciais				Total	Total
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Outras		
Saldo no início do exercício	85.771	5.298	4.093	2.563	97.725	107.052
Adições	90.993	1.754	7.120	91	99.958	6.656
Reversões	(28.852)	(279)	(6.771)	(1.269)	(37.171)	(7.678)
Reversão de atualização monetária	(32.733)	(236)	(378)	(1.462)	(34.809)	(5.493)
Liquidações atualização monetária	(4.748)	(3)	(12)	(3)	(4.766)	(3.022)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas	280	(5)	21		296	270
Liquidações com efeito caixa	(6.686)	(46)		(8)	(6.740)	(9.532)
Transferências	(1.747)				(1.747)	
Atualização monetária, líquida das reversões	134.286	357	640	182	135.465	9.472
Saldo no final do exercício	236.564	6.840	4.713	94	248.211	97.725
Não circulante	236.564	6.840	4.713	94	248.211	97.725
	236.564	6.840	4.713	94	248.211	97.725

(b) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais, outras e depósitos judiciais

	2025			2024		
	Depósitos	Montante	Total	Depósitos	Montante	Total
Tributárias	(588)	237.152	236.564	10.131	(868)	85.771
Trabalhistas	(87)	6.927	6.840	110	(82)	5.299
Cíveis		4.713	4.713	54	(21)	4.093
Outras		94	94	577		2.562
	(675)	248.886	248.211	10.872	(971)	97.725
					98.696	22.619

(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

	2025	2024
Tributárias	3.649.692	3.966.766
Cíveis	159.221	139.711
Ambientais	3.341	21.921
	3.812.254	4.128.398

(c.1) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A seguir são comentados os principais passivos contingentes relacionados a processos tributários em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada. A seguir apresentamos uma análise da relevância desses processos:

	2025	2024
Natureza		
IRPJ/CSLL – Ganho de capital (i)	1.678.937	1.532.997
IRPJ/CSLL – Lucros no exterior (ii)	1.129.462	890.207
Glosa de saldo negativo IRPJ/CSLL (iii)	132.147	163.304
Demais processos	709.146	1.380.258
	<u>3.649.692</u>	<u>3.966.766</u>

(i) IRPJ/CSLL: ganho de capital

Em dezembro de 2024, foram lavrados dois autos de infração pela Receita Federal do Brasil, no valor total de R\$ 1.678.937, em face da Companhia, relativo ao ano-base 2019, para exigência de IRPJ e de CSLL sobre o suposto ganho de capital da Companhia em operação societária de incorporação de ações. Em janeiro de 2025 foi apresentada impugnação que aguarda julgamento.

(ii) IRPJ/CSLL: lucros auferidos no exterior

A Companhia possui autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sobre lucros auferidos no exterior por suas controladas ou coligadas. Em 2025 a empresa recebeu dois despachos decisórios, representando um novo passivo de R\$ 162.398, os quais foram objeto de defesa administrativa e aguardam julgamento.

Os processos totalizam, em 31 de dezembro de 2025, o montante R\$ 1.129.462.

(iii) IRPJ/CSLL: glosa de saldo negativo

A Companhia recebeu despachos decisórios relativos à glosa de créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O valor objeto de discussão nos processos totaliza a quantia de R\$ 132.147 em 31 de dezembro de 2025. No mesmo ano, oito casos tiveram decisão favorável aos interesses da Companhia ou foram encerrados sem desembolso, totalizando uma redução de R\$ 25.978 de valor envolvido.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, verifica-se que houve equívoco por parte da Receita Federal do Brasil (RFB) quando da apreciação dos valores apresentados pela Companhia e suas controladas, razão pela qual a probabilidade de perda dos processos é considerada possível.

20. Benefícios pós-emprego

O passivo com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países, como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais em planos de pensões são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do funcionário no emprego, por um período específico

(o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

	2025	2024
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:		
Benefícios de saúde pós-emprego	148.955	141.082
Passivo registrado no balanço patrimonial	148.955	141.082
Despesas reconhecidas no resultado do exercício com:		
Benefícios de saúde pós-emprego	3.467	13.787
	3.467	13.787
Reavaliação com:		
Benefícios de saúde pós-emprego	(7.826)	14.684
Benefícios de saúde pós-emprego - valor líquido	(7.826)	14.684

(a) Plano de contribuição previdenciária definida

A Companhia patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (Funsejem), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à Funsejem são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à Funsejem. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

21. Patrimônio líquido

(i) Capital social

É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 28.656.002, composto por 18.278.788.894 de ações ordinárias nominativas.

(ii) Distribuição de dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 216.114 calculados com base no lucro do exercício de 2024, foram revertidos com base em decisão dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e foram retidos no patrimônio líquido da Companhia.

Durante o exercício de 2025, a Companhia deliberou o pagamento à sua controladora Hejoassu Administração S.A. conforme disposto na nota 1.1.1 (a).

A Companhia reconheceu os dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2025, no montante de R\$ 865.250, conforme detalhado no quadro a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	3.643.157	909.954
(-) Reserva legal	(182.158)	(45.498)
Base de cálculo para dividendos	3.460.999	864.456
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	865.250	216.114
Destinação		
Dividendo mínimo obrigatório	865.250	216.114
Total de distribuições do exercício	865.250	216.114
Reserva de lucros	2.595.749	648.342
Total de destinações	3.460.999	864.456
Distribuição aos acionistas		
Reversão de dividendos de exercícios anteriores	(216.114)	(83.379)
Dividendos distribuídos com base em lucros de exercícios anteriores	4.316.171	940.550
	4.100.057	857.171
Total de distribuições do exercício e contribuição aos acionistas	4.964.513	1.073.285
Dividendos por lote de mil ações (em reais)	267,79	58,70

(iii) Lucro líquido (prejuízo) básico por ação

É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

(iv) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(v) Reserva para incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é creditada com os benefícios de incentivos fiscais, que são reconhecidos na demonstração do resultado do ano e alocados de lucros acumulados para esta reserva. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(vi) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (a) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos;
- (b) Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior;
- (c) Parcela efetiva com diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior; e
- (d) Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria.

VOTORANTIM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuível aos acionistas controladores						
	Variação cambial de investimento no exterior	Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior	Hedge accounting operacional de controladas, líquido de efeitos de efeitos	Valor justo de ativos disponíveis para venda	Reavaliação com benefícios de aposentadoria	Outros componentes do resultado abrangente	Total
Em 1º de janeiro de 2024	7.795.267	(5.364.531)	(21.889)	298.708	(274.273)	1.122.559	3.555.841
Variação cambial de investidas no exterior	6.363.387						6.363.387
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos		(178.106)					(178.106)
Hedge accounting operacional de investidas			(476.590)				(476.590)
Ajuste a valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários						(197.427)	(197.427)
Realização de resultados abrangentes na liquidação de investimentos						(348.340)	(348.340)
Reavaliação dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários					232.161		232.161
Realização de resultados abrangentes na venda de ações						(180.630)	(180.630)
Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo						(14.900)	(14.900)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas				(141.003)		(7.280)	(148.283)
Em 31 de dezembro de 2024	14.158.654	(5.542.637)	(498.479)	157.705	(42.112)	373.982	8.607.113
Em 1º de janeiro de 2025	14.158.654	(5.542.637)	(498.479)	157.705	(42.112)	373.982	8.607.113
Variação cambial de investidas no exterior	(2.364.024)						(2.364.024)
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos		99.579					99.579
Hedge accounting operacional de investidas líquido de efeitos tributários			368.067				368.067
Ajuste a valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários						43.416	43.416
Realização de resultados abrangentes na liquidação de investimentos	40.470	124.449					164.919
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos					(8.702)		(8.702)
Valor justo de ativos disponíveis para venda de investimentos				146.677			146.677
Realização outros resultados abrangentes na alienação de investimentos						450.122	450.122
Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo						3.208	3.208
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas						(35.045)	111.632
Em 31 de dezembro de 2025	11.835.100	(5.318.609)	(130.412)	304.382	(50.814)	835.683	7.475.330

22. Abertura do resultado por natureza

	2025	2024
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com benefícios a empregados (a)	132.452	141.622
Serviços de terceiros	114.540	135.681
Depreciação e amortização	60.147	10.013
Impostos e taxas	6.267	32.117
Comunicação, eventos e publicações	2.631	192
Materiais de consumo	1.279	3.274
Aluguéis e arrendamentos	332	46
Outras despesas	1.663	38.243
	319.311	361.188

(a) Despesas com benefícios a empregados

(i) Participação dos empregados no resultado – Benefícios a empregados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados”.

	2025	2024
Remuneração direta	90.929	100.669
Encargos sociais	26.425	29.230
Benefícios	15.098	11.723
	132.452	141.622

23. Outros resultados operacionais

	2025	2024
Ganho líquido na venda de investimento	68.215	1.323
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível	17.581	17.374
Receita de aluguéis e arrendamentos	16.729	15.200
Provisões (reversões) judiciais, líquidas	(62.787)	10.225
Realização de processos judiciais	(26.389)	(6.103)
Outras receitas (despesas), líquidas	18.181	(16.742)
	31.530	21.277

24. Resultado financeiro líquido

(i) Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de *swap*, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (*swap* contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

(ii) Variação cambial

Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.

Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento.

As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	390.464	212.727
Atualização do valor justo da <i>put option</i>	28.395	144.091
Juros sobre ativos financeiros	67.652	77.459
Atualização monetária sobre ativos	8.168	11.295
Reversão de atualização de provisões passivas	39.576	8.351
Outras receitas financeiras	27.035	21.722
	561.290	475.645
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre provisões	(135.178)	(9.342)
PIS/COFINS sobre resultado financeiro	(141.136)	(40.949)
Outras despesas financeiras - Partes Relacionadas	(213.452)	
<i>Impairment</i> do valor justo - <i>put option</i>	(1.499.235)	
Outras despesas financeiras	(54.408)	(28.435)
	(2.043.409)	(78.726)
Perda monetária líquida na subsidiária hiperinflacionária		
Variações cambiais, líquidas	(107.082)	146.593
Resultado financeiro líquido	(1.589.201)	543.512

25. Ativos mantidos para venda

Com a assinatura em janeiro de 2026 do contrato de venda das ações detidas pela Companhia da controlada CBA, o investimento foi reclassificado como ativo mantido para venda e seus resultados como operações descontinuadas.

(a) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda – CBA

	2025	2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	1.268.235	1.141.965
Aplicações financeiras	109.244	385.122
Instrumentos financeiros derivativos	546.339	178.624
Contas a receber de clientes	632.227	493.535
Estoques	2.046.103	2.162.597
Tributos a recuperar	829.023	893.303
Imposto de renda e contribuição social diferidos	563.555	875.022
Investimentos	232.182	237.791
Imobilizado	6.450.256	6.253.295
Intangível	877.825	868.145
Direito de uso em arrendamentos	200.767	171.418
Outros ativos	215.260	172.202
Ativos classificados como mantidos para venda	13.966.016	13.833.020
Passivo		
Fornecedores	1.086.548	1.123.994
Risco sacado a pagar	217.879	178.467
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.275.530	4.629.378
Instrumentos financeiros derivativos	727.410	806.008
Arrendamentos	219.399	183.725
Salários e encargos sociais	208.167	220.924
Provisões	1.002.067	841.573
Uso do bem público – UBP	1.043.419	1.051.022
Contratos futuros de energia	257.075	550.965
Outros passivos	414.013	235.410
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	9.451.507	9.821.466

(b) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda – Citrosuco

Em dezembro de 2025, com a celebração do Contrato de Compra e Subscrição de Ações prevendo a entrada da Golden Participações em Commodity S.A. na Citrosuco por meio de (i) aporte de capital e (ii) aquisição de participação dos atuais acionistas (Nota 1.1.2 (c)), a Companhia reclassificou a parcela proporcional do investimento da Citrosuco para ativos mantidos para venda. A parcela remanescente do investimento permanece sendo reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

26. Eventos Subsequentes

(a) Aumento de capital da Hypera S.A.

Em janeiro de 2026, a Hypera S.A., aprovou um aumento de capital privado de até R\$ 1.500.000, mediante a emissão de até 70,6 milhões de ações ordinárias ao preço de R\$ 21,25 (reais) por ação. O aumento poderá ser homologado parcialmente, desde que atingido o valor mínimo de R\$ 1.150.000. A operação tem como objetivo fortalecer a estrutura de capital da Hypera, com redução do endividamento líquido e ampliação da capacidade de investimento. No contexto do exercício do direito de preferência e eventual subscrição de sobras, a Companhia assumiu o compromisso de subscrever ações no montante de até R\$ 1.000.000, assegurando o aporte do valor mínimo estabelecido.

(b) Aprovação de dividendos para a Hejoassu Administração S.A.

Em janeiro de 2026 a Companhia deliberou a distribuição de dividendos à sua controladora Hejoassu Administração S.A., no valor de R\$ 53.842, a serem destacados do saldo da conta de reserva de lucros acumulados de exercícios anteriores, os quais foram pagos no mesmo mês.

(c) Venda das operações do segmento de alumínio – Companhia Brasileira de Alumínio (“CBA”)

Em 29 de janeiro de 2026, a Companhia celebrou contrato para a alienação da totalidade de sua participação acionária na investida CBA, correspondente a 446.606.615 ações, representando 68,60% de participação.

A operação prevê a transferência do bloco de controle à Aluminum Corporation of China Limited (Chalco) e à Rio Tinto, pelo valor base de R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos) por ação, totalizando R\$ 4.700, sujeito a ajuste previsto contratualmente.

A conclusão da operação está condicionada ao cumprimento de aprovações regulatórias e concorrenciais, incluindo aquelas perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e outras autoridades antitruste, além de aprovações junto à ANEEL e à CCEE e a autoridades chinesas, conforme divulgado ao mercado.

A Companhia continuará acompanhando a evolução das etapas necessárias ao fechamento da operação e divulgará informações adicionais quando requeridas pelas normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

VOTORANTIM

www.votorantim.com.br